



MENDESPREV
SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES
2020



MISSÃO

Administrar planos de benefícios previdenciários com transparência, probidade e profissionalismo.

VISÃO

Buscar a excelência na gestão e administração de planos de benefícios previdenciários.

VALORES

Eficiência – Ética – Probidade – Transparência

Sumário

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA	3
PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS.....	4
GESTÃO PREVIDENCIAL	4
POPULAÇÃO DO PLANO	4
BENEFÍCIOS PAGOS	4
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	4
PROVISÕES MATEMÁTICAS	4
RESULTADO DO PLANO.....	4
AVALIAÇÃO E PARECER ATUARIAL.....	5
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	5
DESEMPENHO DOS ATIVOS	6
PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS	7
RENTABILIDADE DOS ATIVOS.....	7
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	8
PLANO CD DE BENEFÍCIOS.....	9
GESTÃO PREVIDENCIAL	9
POPULAÇÃO DO PLANO	9
BENEFÍCIOS PAGOS.....	9
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	9
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9
RESULTADO DO PLANO.....	9
PREMISSAS ATUARIAIS.....	9
GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	10
DESEMPENHO DOS ATIVOS	10
PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS	10
RENTABILIDADE DOS ATIVOS.....	10
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	11
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	12
DESEMPENHO DOS ATIVOS	12
OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS	12
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	13
COVID-19	13
PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL.....	13
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA	13
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS DOCUMENTOS	15
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	26
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	26

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ao longo deste Relatório Anual de Informações - RAI 2020 - apresentamos de forma transparente as informações relevantes sobre a entidade, bem como os resultados alcançados, ratificando nosso compromisso com a ética e a transparência.

Continuamos trabalhando com muita proximidade, respeito, dedicação e confiança, embora a expectativa para o ano de 2021 seja de enfrentamento de muitas dificuldades, devido ao cenário de instabilidade econômico-financeiro e político, agravado fortemente pela pandemia do novo Coronavírus, que desde o princípio do ano de 2020 vem afetando dramaticamente todos os aspectos da nossa sociedade.

Demonstramos também as nossas iniciativas que visaram a sustentabilidade do Plano Misto de Benefícios, como a implantação do Plano de Ação Emergencial, que foi referendado pelos participantes, com implantação a partir da folha de benefícios paga em janeiro de 2020. Em seguida, após muita argumentação e debate, o órgão fiscalizador - PREVIC não validou o plano e, consequentemente, o Conselho Deliberativo determinou que em dezembro de 2020 fosse realizada a reversão e restituição, com a devida correção, dos valores retidos dos aposentados e pensionistas.

Como já foi informado a todos, o Plano Misto de Benefícios, enfrenta irreversíveis problemas de liquidez, resultantes dos problemas econômicos relacionados às patrocinadoras do grupo Mendes Júnior, sendo assim, requeremos em outubro/2020, em conjunto com a Patrocinadora Principal do Plano, MENDESPAR - Mendes Júnior Participações S/A, e a APOSMENDES - Associação dos Participantes Ativos e Assistidos da Mendesprev a instauração de procedimento de Mediação e Conciliação nos termos da Instrução nº 17/20219 da PREVIC, com o intuito de construir um acordo para encerramento das atividades da Mendesprev.

A CMCA – Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, por meio de Despacho, em janeiro/2021, admitiu a instauração do procedimento. Entretanto, em março/2021, de forma inesperada, a CMCA reavaliou os termos propostos e decidiu pelo encerramento do processo com consequente arquivamento.

Sabemos que os desafios são enormes, mas continuamos buscando soluções, apesar das adversidades que os cenários trazem, sempre embasados nos valores que nos norteiam: ética; transparência; credibilidade e a constante busca do melhor para todos.

Por fim, convidamos a todos para uma leitura detalhada deste Relatório Anual de Informações - RAI 2020 - que tem como objetivo principal a prestação de contas.



Saudações,

DIRETORIA EXECUTIVA DA MENDESPREV

Marcelo Rodrigues Campos - Diretor Superintendente e Adm. e Financeiro

Márley Janaina de Castro - Diretora de Seguridade



PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

Os itens a seguir abrangem a gestão do Plano Misto de Benefícios, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 1990.0017-18.

GESTÃO PREVIDENCIAL

POPULAÇÃO DO PLANO

No encerramento do exercício de 2020 a população do Plano Misto de Benefícios era de 521 participantes, distribuídos entre 430 assistidos e 91 Benefício Proporcional Saldado (BPS). A partir do saldamento do Plano, os participantes ativos e os optantes pelo benefício proporcional diferido (BPD) passaram a condição de optante pelo Benefício Proporcional Saldado (BPS). Os participantes assistidos são aqueles que se encontram em gozo de benefício. Os participantes em benefício proporcional saldado são aqueles que aguardam a elegibilidade para requerer o benefício de aposentadoria normal ou antecipada, conforme estipulado no regulamento do Plano.

A tabela abaixo demonstra a distribuição dos participantes assistidos por tipo de benefício concedido:

TIPO DE BENEFÍCIO	PARTICIPANTES ASSISTIDOS
Aposentadoria Normal	67
Aposentadoria Antecipada	227
Benefício Proporcional Saldado	38
Aposentadoria por Invalidez	10
Pensão por Morte	88
TOTAL	430

Tabela 1 - Distribuição dos participantes assistidos por tipo de benefício

BENEFÍCIOS PAGOS

No ano de 2020 o Plano Misto de Benefícios pagou o total de R\$ 48.997 milhões, referente a benefícios de prestação continuada e resgates de cotas, conforme o demonstrado na tabela a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIOS	VALOR
Aposentadoria Normal	11.834.139
Aposentadoria Antecipada	25.208.358
Aposentadoria por Invalidez	185.670
Pensão por morte	5.393.747
BPS em prestação continuada	2.136.174
Abono Anual	3.864.661
Pagamento Único, resgates e portabilidades	374.414
TOTAL	48.997.163

Tabela 2 - Benefícios pagos (Em R\$ mil)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em razão do saldamento do Plano, a partir de abril de 2018 cessaram as contribuições previdenciárias das patrocinadoras e dos participantes. Passou a existir somente as contribuições dos BPS, que são destinadas exclusivamente para o custeio administrativo, ou seja, não integram a reserva previdencial dos participantes.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são constituídas com base em cálculos atuariais e representam os valores relativos aos compromissos com participantes, assistidos e

beneficiários. São segregadas em benefícios concedidos e a conceder.

As provisões dos benefícios concedidos representam o montante financeiro necessário para o pagamento dos benefícios de prestação continuada aos assistidos e beneficiários. No encerramento de 2020 totalizavam R\$ 541,591 milhões.

As provisões de benefícios a conceder representam o somatório necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes em BPS. No encerramento de 2020 o saldo eram de R\$ 6.356 milhões.

O valor total das provisões matemáticas do Plano Misto de Benefícios no final de 2020 era de R\$ 547.948 milhões.

RESULTADO DO PLANO

No exercício de 2020 o Plano Misto de Benefícios apresentou resultado deficitário de R\$ 136,4 milhões, o que aumentou o déficit técnico acumulado de R\$ 98,467 milhões para R\$ 234.867 milhões.

Este déficit foi ocasionado com o recebimento pela Mendesprev dos direitos creditórios que a Patrocinadora Mendes Júnior tem na Ação Ordinária de Cobrança, que move contra o Estado do Maranhão, já em fase de execução. Garantindo um ativo suficiente para a quitação da dívida vencida em novembro de 2019 e reduzindo o risco da contraparte das patrocinadoras.

Esta dação em pagamento foi aceita pela Mendesprev, em função da total impossibilidade de a Patrocinadora, considerando o fato público e notório da atual crise econômico-financeira que atravessa, pagar a parcela vencida e, tampouco, as parcelas vincendas.

Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) e a determinação da PREVIC, conforme ofício nº 2/2020/ERMG/DIFIS, este ativo foi contingenciado, o que, consequentemente, afetou de forma negativa o patrimônio e o resultado do plano para o exercício de 2020 em R\$ 98,2 milhões. Este contingenciamento será revertido assim que ocorrer a expedição do Precatório pelo Poder Judiciário, recompondo desta forma as reservas.

A rentabilidade nominal apurada foi de 2,58% negativa, frente à meta atuarial de 10,78%.

DESCRIÇÃO	VALORES
Contribuições previdenciárias	47
Remuneração de contribuições em atraso	25
Rentabilidade das dívidas contratada (valores em R.J.)	1.439
Atualização de direitos creditórios	51.337
TOTAL DAS RECEITAS	52.848
Pagamento de benefícios	-62.175
Resultado dos investimentos	-81.400
Custeio administrativo	-48
Constituição de contingências	-600
Constituição/reversão das provisões atuariais	-7.076
TOTAL DAS DEDUÇÕES	-151.299
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-98.451
DÉFICIT ACUMULADO	-234.867

AVALIAÇÃO E PARECER ATUARIAL

A avaliação atuarial para o encerramento de 2020 considerou:

- O Regulamento do Plano Misto de Benefícios;
- As informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data base de novembro de 2020, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;
- Os demonstrativos contábeis do Plano;
- As premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2020, destacam-se as seguintes:

- Permaneceu a taxa real de juro atuarial de 5,30% ao ano;
- Indexador Econômico do Plano: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Fator de capacidade: foi alterado de 0,9819 para 0,9840;
- Crescimento real anual de salários: 0,00%, não aplicável.
- Mortalidade Geral, manutenção da tábua AT 2000 Basic M&F;
- Entrada em Invalidez: alteração da tábua de Álvaro Vindas para Tasa 1927;
- Mortalidade de Inválidos: AT 49 Masculina agravada em 100%;
- Rotatividade: Não utilizada;
- Composição familiar do participante em BPS: para os benefícios a conceder considera-se que 85% dos participantes são casados, a esposa é quatro anos mais jovem, com dois filhos dependentes;
- Composição familiar do participante assistido: considera-se a estrutura familiar informada e a idade real do cônjuge.
- O Plano Misto de Benefícios tem caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.
- As Provisões Matemáticas, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2020, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 30.11.2020, elaborada pela consultoria contratada.
- A Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, bem como do ajuste de precificação. Esta Instrução foi criada para normatizar a aplicação das Resoluções CNPC nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014. O artigo 10 da Instrução, dispõe que, anteriormente, a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit

técnico e do montante a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

- Não foi necessário realizar o cálculo de ajuste de precificação, pois no encerramento do exercício de 2019 todos os títulos públicos federais estavam marcados a valor mercado.
- Como não houve ajuste de precificação em 2020, o Equilíbrio Técnico do Plano Misto de Benefícios Saldado no encerramento de 2020, para fins de equacionamento, foi R\$ 234,9 milhões.
- Limite de déficit técnico acumulado = $[1\% \times (9,05 - 4) \times R\$ 546.630.278,00] = R\$ 27.604.829,00$.
- O referido plano de equacionamento deverá contemplar, no mínimo, o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado e 1% das provisões matemáticas. Em 31.12.2020, o montante mínimo a ser equacionado corresponde a R\$ 207.262.556,00.
- Esclarecemos que os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019 já indicava a necessidade de elaboração e aprovação de Plano de Equacionamento de Déficit no exercício de 2020. Contudo, cumpre esclarecer que a Entidade se encontra em situação extraordinária e em conjunto com os patrocinadores e Associação dos Aposentados estão buscando junto a Câmara de Mediação, conciliação e Arbitragem da PREVIC- CMCA a instauração de um Plano para o encerramento das atividades da Mendesprev.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

A economia brasileira chegou ao fim do ano de 2019 em recuperação, mas devido à pandemia do coronavírus, a economia global, em 2020, foi abalada e com o Brasil não poderia ter sido diferente.

Mesmo assim, durante o ano verificou-se redução da taxa básica de juros da economia (SELIC), que em janeiro de 2020 era de 0,38% e fechou o ano de 2020 em 0,16%.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), durante ano de 2020, foi de 4,52%, ficando acima dos 4,31% registrado em 2019. A previsão era de que a inflação terminasse o ano abaixo da taxa apurada em 2019, porém, no mês de março de 2020, com o surgimento da pandemia e o consequente isolamento social, o ritmo de produção caiu, o comércio fechou e com ele, a inflação elevou.

O Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), índice que compõe a meta do Plano, durante o ano de 2020 foi de 5,45%, ficando acima dos 4,48% apurados em 2019.

No agregado de 2020, o Ibovespa teve alta de 2,92%, aos 119.017,24 pontos. O patamar mais alto do índice foi no

dia 23 de janeiro, aos 119.527,63 pontos. Dentre as 77 ações que compõem o índice, 31 delas encerram o ano com valorização e 46 em desvalorização.

Devido ao cenário econômico e financeiro que o país atravessou em 2019 e às especificidades do Plano, a Mendesprev, na tentativa de mitigar riscos, optou por concentrar a maioria dos seus recursos, em 2020, no segmento de renda fixa, mesmo que os resultados da renda variável fossem atraentes. A estratégia da renda variável é mais voltada para o longo prazo, o que poderia trazer risco de liquidez ao Plano.

Por outro lado, a queda da taxa da SELIC gerou ganhos para títulos públicos da carteira dos Planos que estavam marcados à mercado.

DESEMPENHO DOS ATIVOS

a) Segmento de Renda Fixa

No Plano Misto de Benefícios, o segmento de renda fixa possui alocação de 86,27% dos recursos garantidores do Plano, o que representa o montante de R\$ 302,4 milhões.

O segmento de renda fixa apurou rentabilidade acumulada de -9,20% no ano de 2020, percentual insuficiente para superar a meta atuarial e o CDI que acumulou 2,75%. Os títulos públicos e os direitos creditórios apuraram rentabilidade acumulada de 5,74% e 33,67% respectivamente.

b) Segmento de Renda Variável

As especificidades atuais do Plano impedem a aplicação de recursos no segmento de renda variável.

Na carteira de fundos de renda variável restou um resíduo a receber do Fundo SulAmérica Expertise I, cujo valor é irrelevante, o resíduo foi recebido no mês de janeiro de 2020.

Atualmente a carteira de investimentos é composta pelas ações da patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A.

Dessa forma, o segmento iniciou o ano de 2020 com valor de R\$ 1,67 milhões e findou ao valor de R\$ 1,43 milhões, face o recebimento citado acima e as variações durante o ano.

c) Investimentos Estruturados

O segmento de investimentos estruturados representa 4,08% do total dos recursos garantidores do Plano, divididos entre fundos de participação, 84,48% e fundos multimercados, 14,94%. A rentabilidade acumulada no ano foi de 6,16%, percentual não suficiente para superar a meta atuarial do plano.

Os fundos multimercados têm sua política de investimentos determinada a mesclar a aplicação em variados mercados, como renda fixa, ações, câmbio, entre outros. A rentabilidade apurada em 2020 foi de -1,80%. Durante o segundo semestre do ano a exposição em fundos multimercados foi consideravelmente reduzida, com a finalidade de pagar folha de benefícios, em razão da redução da liquidez do Plano. Esta estratégia foi adotada para preservar os títulos públicos que possuem riscos bem menores e que, devido a sinalização do Banco Central do Brasil de mais cortes na taxa SELIC, tem possibilidade gerar

melhores retornos. Em resumo, a estratégia adotada tem melhor relação entre o risco e retorno.

Os fundos de investimentos em participações (FIP) são constituídos sob a forma de condomínio fechado, que investem por meio de compra de participações em empreendimentos específicos. São projetos em fase de desenvolvimento. O Plano possui investimento em quatro FIP's. A rentabilidade apurada no ano de 2020 foi de 7,23%, com destaque para os fundos Lacan Florestal e Hamilton Lane que rentabilizaram 7,66% e 18,07%, respectivamente.

d) Imóveis

Os investimentos imobiliários da carteira estão divididos entre imóveis para aluguel e para venda. Os imóveis foram reavaliados por empresa qualificada contratada pela Mendesprev e tiveram o seu valor de mercado atualizado em dezembro de 2019. Os imóveis alugados obtiveram rentabilidade negativa em 2020, com percentual de -9,41%.

Esse resultado espelha a situação vivida com a pandemia e isolamento social. Grande maioria das empresas optaram pelo trabalho em home office. Várias outras encerraram suas atividades, devido ao tempo longo de impossibilidade de funcionamento. Esses fatores provocaram aumento significativo de oferta e redução drástica de demanda. Essa situação aliada às despesas com condomínio, IPTU, manutenções desses imóveis, vazios, agregaram resultados insatisfatórios para o segmento de imóveis durante o ano de 2020.

Em relação às unidades recebidas na permuta com a Construtora Masb, dos 96 apartamentos recebidos, 88 foram vendidos e 8 continuam em estoque, um apartamento que está em estoque foi vendido em 2019, porém o recebimento e a transferência da posse definitiva ao comprador aconteceram em 2020. O Plano também é proprietário de 9 vagas de garagem autônomas.

Referente a permuta com a construtora EVEN, a Mendesprev recebeu 22 apartamentos e tem apenas um em estoque.

Vale ressaltar que a Mendesprev possui contrato ativo com imobiliárias cadastradas para a venda dos imóveis em estoque, além de manter as unidades anunciadas no site da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2020 o segmento de imóveis representava 9,27% dos recursos garantidores do Plano. A Resolução CNM 4.661, de maio de 2018, vetou à aquisição de novos imóveis e determinou que os imóveis em estoque devem ser vendidos ou transformados em fundos imobiliários, no período de doze anos.

e) Operações com Participantes

A carteira de empréstimos encontra-se, temporariamente, suspensa para novas concessões.

Os dois contratos que estavam ativos no início de 2019 foram quitados pelos participantes durante o ano, por isso, atualmente a carteira de empréstimos do PMB encontra-se sem saldo.

PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS

No encerramento do ano de 2020 o ativo total do Plano Misto de Benefícios era de R\$ 353,3 milhões, distribuídos da seguinte maneira:

- Gestão Previdencial: Constituída pelas contribuições mensais de Benefício Proporcional Saldado (BPS) e valores em Recuperação Judicial, no total de R\$ 3,3 milhões, que representam 0,79% do ativo total do Plano;
- Gestão dos Investimentos: Constituída pela carteira de investimentos e disponível, no total de R\$ 407,3 milhões, que representam 99,16% do ativo total do Plano;
- Fundo Administrativo: R\$ 599 mil.

Os recursos garantidores do Plano, apurados por meio do somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, são analiticamente divididos da seguinte maneira:

DESCRIÇÃO	RECURSOS PLANO	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	350.524	100%	-
Disponível	346	98,70%	-
Investimentos	95.151	27,14%	-
Renda Fixa	122.876	35,05%	100,00%
Títulos Públicos Federais	35.433	10,10%	100,00%
Títulos Públicos Federais	35.433	10,10%	100,00%
Demais Títulos de Renda Fixa	87.443	24,94%	80,00%
Títulos Públicos Estaduais	0	0	10,00%
Títulos Públicos Municipais	0	0	10,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	4	0	-
Fundo de Investimento referenciado DI	2.861	0,81%	-
Notas Promissórias	799	0,22%	20,00%
Outros Realizáveis	83.779	23,90%	-
Renda Variável	1.435	0,40%	70,00%
Fundos de Investimento em Ações	1.435	0,40%	35,00%
Demais Títulos de Ações	0	0	35,00%
Investimentos Estruturados	14.111	4,02%	20,00%
Fundos de Investimentos em Participações	14.111	4,02%	10,00%
Fundos de Investimento em Multimercados	0	0	10,00%
Investimentos Imobiliários	32.616	9,30%	8,00%
Imóveis para aluguel e renda	16.656	4,75	20,00%
Imóveis em estoque para venda	15.959	4,55%	20,00%
Exigível	1.436	0,40%	-
Exigível operacional de investimentos	1.436	0,40%	-

Tabela 4 - Total dos Recursos Garantidores do PMB por segmento e em %. Posição dezembro de 2019 (Em R\$ mil)

RENTABILIDADE DOS ATIVOS

O resultado acumulado, calculado pela variação da cota patrimonial, foi de 11,10% negativo, enquanto a meta atuarial no ano (INPC + 5,3% a.a.) foi de 10,78%. A rentabilidade apurada por segmento de investimento comparada aos principais índices de referência do mercado e a com a meta atuarial em 2020 e 2019, pode ser observada, conforme segue:

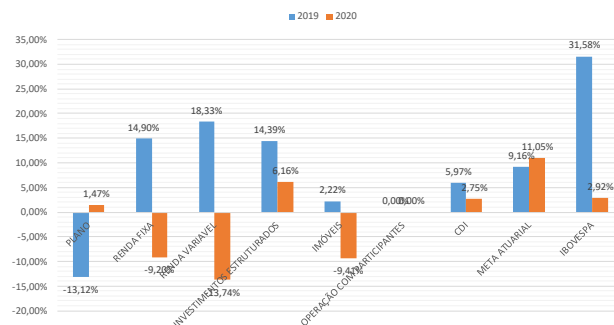


Gráfico 1 - Rentabilidade dos ativos PMB em 2019 e 2020.

O Plano possui em sua carteira ativos de gestão própria e terceirizada. A gestão própria é composta por títulos públicos, direitos creditórios e imóveis. Os ativos da gestão terceirizada são aqueles aplicados por meio de fundos de investimentos. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos ativos entre a gestão própria e terceirizada.

PLANO MISTO	VALOR INVEST.	EM %	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	95.152		
GESTÃO PRÓPRIA (não discricionária)	80.805	84,92%	
Direitos creditórios, Precatórios,	45.372		
Gestão própria (livre movimentação)	35.433		
GESTÃO TERCEIRIZADA (discricionária)	14.347	15,07%	
Hamilton Lane Brasil	2.503		17,45
Lacan Investimentos e Participações Ltda	9.404		65,55
FIP BVPE Plaza	1.994		13,90
FIP Brasil Energia Renovavel	212		1,48
Itaú Asset Management	230		1,60
FIDC MULT BVA MAST II	4		0,03

Tabela 5 - Total dos Investimentos do PMB em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

A tabela seguinte apresenta as taxas de administração e de desempenho cobradas pelos fundos de investimentos da gestão terceirizada.

Nome do Fundo	Taxa Adm a.a (%)	Taxa de Performance	Tipo
FIP Brasil Energia Renovável	1,60	20% sobre IPCA+8% a 10%aa; 25% sobre IPCA+10% a 12%aa; 30% sobre o excedente de IPCA + 12% aa;	IE
FIP BVPE PLAZA VOTORANTIM	2,5 a.a para as cotas classe "A"	20% sobre o que exceder IPCA + 8% aa.	IE
FIP LACAN Florestal	1%	20% sobre o que exceder IPCA + 10% aa.	IE
FIP BRAZIL HAMILTON LANE	Durante o período de investimento será de 1,25%, sendo reduzida em 0,05% a cada trimestre. OBS: A taxa média prevista de administração do Fundo é de 0,88% a.a	10% sobre o que exceder IPCA + 9% aa.	IE
FIDC Multisetorial Master II (BVA)	0,20% aa (mínimo de R\$ 15 mil por mês) - taxa de gestão: escalonada - 0,22% sobre PL de até R\$ 50 MM; 0,195% de R\$ 50 a R\$ 150 MM e 0,17% acima de R\$ 150 MM		RF
Itaú High Grade RF Crédito Privado FICFI	0,25%		RF
Fundo de Invest. Votorantim Instit.	0,20%		RF

Tabela 6 - Taxa de Administração e performance dos fundos de investimentos do PMB

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é a principal ferramenta da gestão dos ativos do Plano. Tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam no processo de análise, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do Plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada. Demonstra transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados a gestão dos investimentos e riscos.

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.661/2018, que revogou a Resolução CMN nº 3.792/2009, a Política de Investimentos passou a dar mais ênfase no processo de governança corporativa, distinguindo bem as pessoas e suas funções dentro do processo de investimentos e dos riscos relacionados.

A Política de Investimentos, para o ano de 2020, foi elaborada pela Diretoria Administrativa e Financeira e, na sequência, aprovada pelo Conselho Deliberativo na reunião do dia 28/12/2020. A seguir, as principais premissas:

a) Meta Atuarial

É o objetivo de rentabilidade para os recursos do Plano que equilibra o ativo e o passivo, ou seja, é o retorno necessário para que os ativos consigam cobrir as obrigações para com seus participantes ao longo do tempo. Com a Resolução CNPC 15/2014, que altera a Resolução CGPC 18/2006, e da Instrução PREVIC nº 23/2015, substituída da Instrução nº 7/2015, estabeleceu que, a partir de 2016, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC deverão adotar taxa de juros real limitada ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro. Para isso, a entidade deve elaborar estudo técnico de adequação e aderência da hipótese de taxa de juros atuarial a ser utilizada no desconto a valor presente das obrigações atuariais do Plano. Para definição desta taxa parâmetro, a PREVIC divulga anualmente a "Estrutura a Termo e Taxa de Juros Médios". Depois de realizados os estudos em consonância com a legislação, a meta atuarial definida para o encerramento de 2020 corresponde à variação do INPC, mais juros de 5,30% ao ano.

b) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

O estatuto da Mendesprev define que é da competência do Diretor Administrativo e Financeiro a responsabilidade pelos investimentos dos recursos do Plano, na condição de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

c) Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

É a pessoa responsável pela implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito. Realiza a análise prévia dos riscos de investimentos, incluindo as respectivas garantias. Deve dirigir as atividades de investimento, assumindo a responsabilidade de ser o principal responsável pela gestão, alocação,

supervisão e acompanhamento dos recursos do Plano e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

d) Controle de Riscos

O risco de crédito, mercado, liquidez e legal são identificados, avaliados e monitorados pela Entidade em conjunto com a empresa de consultoria financeira contratada. O risco operacional dos investimentos é mensurado pelas áreas Financeira e de Controles Internos da Entidade, com a validação e conciliação de relatórios periódicos emitidos nos vários ciclos operacionais.

e) Alocação dos recursos

O objetivo de alocação dos recursos do Plano para o ano de 2020, em conformidade com os limites mínimos e máximos de enquadramento por segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018, estão discriminados na tabela abaixo:

PLANO MISTO	Alocação		Objetivo 2021			
	2019 (%)	2020 (%)	MIN (%)	MAX (%)	ALVO (%)	LIMITE (%)
Renda Fixa	84,75	81,43	41,5	100	88,31	100
Renda Variável	0,41	0,41	0	10	1,14	70
Imóveis	10,54	11,39	0	20	8	20
Empréstimos	0	0	0	2,5	0	15
Inv. Estruturados	4,3	6,77	0	15	2,55	20
Inv. No Exterior	0	0	0	10	0	10

Tabela 7 - Enquadramento em relação à Política de Investimento e Limite Legal – PMB

Na busca melhores resultados para 2020 com risco moderado, o limite de aplicação em fundos de investimentos multimercados passou de 10% para 15%. O limite legal é de 20%.

f) Derivativos

As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o que estabelece a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. Essas operações estão vedadas para o Plano Misto de Benefícios nas aplicações realizadas em carteira própria, sendo permitidas apenas operações realizadas em fundos de investimentos ou carteiras administradas.

g) Precificação dos Ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais o Plano aplica recursos, devem ser marcados a mercado. Isso não exclui a possibilidade de o Plano contabilizar os títulos que pretenda carregar até os vencimentos pela taxa do papel, metodologia chamada de marcação na curva ou atualização pelo valor de face.

h) Princípios Socioambientais

A Mendesprev reafirma o compromisso de favorecer, sempre que possível, a aplicação de recursos em companhias que adotem em suas atividades ou através de participação em projetos de terceiros, políticas de responsabilidade socioambiental, que são entendidos como o conjunto de regras de proteção à natureza e ao meio ambiente.

PLANO CD DE BENEFÍCIOS

Os itens a seguir abrangem a gestão do Plano CD de Benefícios, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2009.0034-38.

GESTÃO PREVIDENCIAL

POPULAÇÃO DO PLANO

No encerramento de 2020, a população do Plano CD de Benefícios era de 51 participantes, conforme especificado a seguir:

- Participantes ativos com vínculo empregatício: 21
- Participantes autopatrocinados: 14
- Participantes assistidos: 16

BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2020 o Plano CD de Benefícios pagou R\$ 264.467,08 mil em benefícios, assim distribuídos:

- Benefícios na forma de renda temporária: R\$ 203.669,12 mil;
- Benefícios na forma de renda vitalícia recalculada: R\$ 40.397,66 mil;
- Abono anual: R\$ 20.400,30 mil.

Além do pagamento de benefícios de aposentadoria, em 2020 o Plano pagou R\$ 91.519,46 mil aos participantes que, no ato do término do vínculo empregatício com as patrocinadoras, optaram pelo resgate das cotas ou pela portabilidade.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As contribuições previdenciais são de responsabilidade das patrocinadoras, dos participantes ativos, autopatrocinados, optantes pelo benefício proporcional diferido e assistidos. Durante o ano foram provisionados R\$ 153 mil em contribuições previdenciais, assim distribuídas:

CONTRIBUIÇÃO	VALOR
Patrocinadora	44
Participantes Ativos	33
Autopatrocinados	70
Outras	1
Assistidos	5
TOTAL	153

Tabela 8 - Contribuições recebidas (Em R\$ mil)

Parte das contribuições das patrocinadoras e autopatrocinados são destinadas ao custeio administrativo do Plano. As contribuições dos assistidos e do BPD são integralmente para custeio administrativo do Plano.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas são compostas pela reserva de benefícios a conceder, que é segregada em reservas, formadas por contribuições das patrocinadoras e pelas contribuições dos participantes. Em dezembro de 2020 as provisões matemáticas do Plano eram de R\$ 4,366 milhões, sendo R\$ 2,309 milhões de saldo dos benefícios a conceder e R\$ 2.057 milhão de saldo de benefícios concedidos.

RESULTADO DO PLANO

O Plano CD de Benefícios tem característica de acúmulo de reserva financeira, por isso não apura superávit ou déficit. O saldo de conta é constituído individualmente por participante. O Plano apresentou rentabilidade de 4,31% em 2020, não superando o índice de referência (meta) que foi de 8,76%.

A seguir a demonstração do resultado apurado em 2020:

DESCRIÇÃO	VALORES
Contribuições correntes	153
Remuneração de contribuições em atraso	10
Resultados de dívidas contratadas (valores em R.J.)	99
Resultados dos investimentos	162
TOTAL DAS RECEITAS	424
Benefícios pagos e resgates de cotas	-477
Custeio administrativo	-29
Outras despesas	-50
Constituição / reversão das provisões atuariais	177
Constituição de fundos previdenciais	-47
TOTAL DAS DEDUÇÕES	-424
EQUILÍBRIO TÉCNICO	-

Tabela 9 – Apuração do resultado do Plano CD de Benefícios (R\$ mil)

PREMISSAS ATUARIAIS

As premissas atuariais utilizadas para o encerramento do exercício foram:

• Indexador do Plano: INPC

De acordo com a Política de Investimentos adotada pelo gestor, o INPC é utilizado como indexador para compor o índice de referência do Plano, índice que, junto com a taxa real de juros (INPC + 4,5% ao ano), melhor reflete a rentabilidade esperada dos recursos garantidores em 2020.

• Taxa real anual de juros: 4,5%

Em função da sua modalidade, os investimentos do Plano CD de Benefícios não possuem uma taxa de juros atuarial pré-estabelecida, espera-se que a sua rentabilidade supere o índice de referência (INPC + 4,50% ao ano).

• Tábua de mortalidade: Geral AT-2000 (Basic suavizada em 100%)

No caso do Plano CD de Benefícios, modalidade de contribuição definida, as hipóteses biométricas são aplicáveis somente para determinar o fator de conversão atuarial do saldo de conta do participante, que opta pela renda vitalícia recalculada na data da aposentadoria em benefício concedido, e, por consequência, no recálculo anual dos benefícios destes participantes.

Por causa da modalidade do Plano CD de Benefícios, os custos são individualizados e permanecem inalterados em relação ao exercício anterior. Não há presença do risco atuarial e o equilíbrio técnico se mantém.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

DESEMPENHO DOS ATIVOS

a) Segmento de Renda Fixa

A Entidade mantém sua postura conservadora em relação aos investimentos do Plano CD de Benefícios, por isso, concentra a maior parte de seus recursos alocado no segmento de renda fixa. Em 2020 o segmento de renda fixa apurou rentabilidade de 4,19%, resultado abaixo do índice de referência do Plano (INPC + 4,5% ao ano), que foi de 9,95% e, porém, acima do CDI que foi de 2,76% no mesmo período. O desempenho apurado superior ao CDI é devido, principalmente, aos títulos públicos federais marcados a mercado que foram favorecidos pela queda da taxa SELIC no decorrer do ano.

b) Investimentos Estruturados

No segmento de investimentos estruturados, o Plano possui investimento no fundo multimercado Absolute Alpha Global, que durante o ano de 2020 apresentou rentabilidade de 2,13%, percentual abaixo do CDI e do índice de referência, se comparados ao longo do mesmo período.

c) Operações com Participantes

A carteira de empréstimo encontra-se temporariamente suspensa para novas concessões. O segmento de operações com participantes obteve retorno de 16,16% em 2020, porém o valor em carteira é irrelevante. Em relação aos inadimplentes, a Mendesprev vem adotando todas as medidas necessárias para reaver os créditos, inclusive, via judicial. A solução definitiva demanda um tempo maior para ser resolvida. Os valores inadimplentes são atualizados e provisionados para perda, conforme determina a legislação. O saldo de inadimplentes é de R\$ 362,5 mil.

PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS

O ativo total do Plano CD de Benefícios no encerramento do ano era R\$ 5,7 milhões, distribuídos da seguinte forma:

- Contribuições a receber e valores em recuperação judicial: R\$ 1,2 milhão, que representam 21,18% do ativo total;
- Investimentos e disponível: R\$ 4,2 milhões, que representam 74,33% do ativo total;
- Fundo Administrativo: R\$ 233,9 mil, que representam 4,09% do ativo total.

Os recursos garantidores do Plano, apurados por meio do somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, são analiticamente divididos, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	RECURSOS	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	4.238	100%	-
Disponível	3	0,03%	-
Investimentos	4.238	99,97%	-
Renda Fixa	3.862	91,13%	100,00%
Títulos Públicos Federais	2.787	65,76%	100,00%
<i>Títulos Públicos Federais</i>	2.787	65,76%	100,00%
Fundos classificados em RF	949	22,39%	-
Fundos de Investimento Ref. DI	96	2,26%	-
Fundo de Investimento Ref. CP	853	20,12%	-
Outros Realizáveis	127	2,85%	-
Investimentos Estruturados	373	8,80%	20,00%
Fundos Multimercado	373	8,80%	10,00%
Empréstimos	3	0,07%	15,00%

Tabela 10 - Total dos Recursos Garantidores do PCD por segmento e em %. Posição dezembro de 2020 (Em R\$ mil)

RENTABILIDADE DOS ATIVOS

A rentabilidade acumulada calculada pela variação da cota patrimonial foi de 4,31%, enquanto que o índice de referência no ano (INPC + 4,5% a.a.) foi de 9,95%. A rentabilidade apurada por segmento de investimento comparada com os principais índices de referência do mercado e do Plano, em 2019 e 2020, pode ser observada no gráfico seguinte:

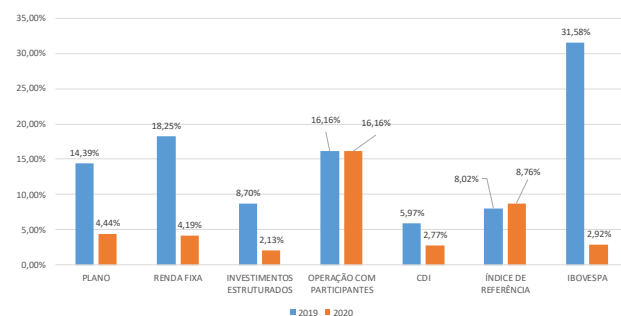


Gráfico 2 - Rentabilidade dos Ativos PCD em 2019 e 2020

A tabela seguinte apresenta as taxas de administração e de desempenho cobradas pelos fundos de investimentos, gestão terceirizada.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			
NOME DO FUNDO	TX ADM A.A (%)	TX DE PERFORMANCE	TIPO RF/RV
Itaú Institucional RF Inflação 5 FIC	0,15%	-	RF
AZ Quest Luce FIC FI RF CP LP	0,40%	-	RF
Butiá Top CP FIC FIRF	0,70%	-	RF
Absolute Alpha Global FIC FIM	1,90%	20% do que exceder o CDI	MM

Tabela 11 - Taxa de Administração e Performance dos Fundos de Investimentos do PCD

A carteira de investimentos do Plano possui ativos de gestão própria e terceirizada. A gestão própria é composta por títulos públicos e carteira de empréstimos. Os ativos da gestão terceirizada são aqueles aplicados por meio de fundos de investimentos. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos ativos entre a gestão própria e terceirizada.

PLANO CD	VALOR INVEST.	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	4.238	
GESTÃO PRÓPRIA	2.916	68,80%
GESTÃO TERCEIRIZADA	1.322	31,20%
Itaú Asset Management	96	
Az Quest	343	
Absolute	373	
Butiá Investimentos	510	

Tabela 12 - Total dos Investimentos do PCD em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é a principal ferramenta da gestão dos ativos do Plano. Tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam no processo de análise, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do plano diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada. Demonstra transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.661/2018, que revogou a Resolução CMN nº 3.792/2009, a Política de Investimentos passou a dar mais ênfase no processo de governança corporativa, distinguindo bem as pessoas e suas funções no processo de investimentos e dos riscos relacionados.

A Política de Investimentos, para o ano de 2020, foi elaborada pela Diretoria Administrativa e Financeira e, na sequência, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, na reunião realizada no dia 28/12/2020. A seguir, as principais premissas:

a) Benchmark – Índice de Referência

O índice de referência do Plano, ou seja, o objetivo de rentabilidade para os recursos continuará sendo a variação do INPC acumulada com juros de 4,5% ao ano. Esse objetivo de rentabilidade foi determinado pelo atuário responsável pelo plano, como uma das premissas necessárias para o pagamento dos benefícios futuros.

b) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

De acordo com o estatuto da Mendesperv foi definido que, é de competência de o Diretor Administrativo e Financeiro, a responsabilidade pelos investimentos dos recursos do Plano e a atribuição de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ.

c) Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

É a pessoa responsável pela implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito. Realiza a análise prévia dos riscos de investimentos, incluindo as respectivas garantias. Deve dirigir as atividades de investimento, assumindo a responsabilidade de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos do Plano e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

d) Controle de Riscos

O Risco de Crédito, de Mercado, de Liquidez e Legal são identificados, avaliados e monitorados pela entidade em conjunto com a empresa especializada em consultoria financeira contratada. O Risco Operacional dos investimentos é mensurado pelas áreas Financeira e de Controles Internos da Entidade, com a validação e conciliação de relatórios periódicos emitidos nos vários ciclos operacionais.

e) Alocação dos Recursos

O objetivo de alocação dos Recursos dos Planos para o ano de 2020, em conformidade com os limites mínimos e máximos de enquadramento por segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018, estão discriminados na tabela abaixo:

PLANO CD	Alocação		Objetivo 2021			
	2019 (%)	2020 (%)	MIN (%)	MAX (%)	ALVO (%)	LIMITE (%)
Renda Fixa	90,84	90,91	45%	100%	87,32%	100%
Renda Variável	0	0	0	10%	0	70%
Imóveis	0	0	0	20%	0	20%
Empréstimos	0,06	0,09	0	10%	2,74%	15%
Inv. Estruturados	9,1	9,0	0	15%	9,94%	20%
Inv. no Exterior	0	0	0	0	0	10%

Tabela 13 - Enquadramento em relação à Política de Investimento e Limite Legal – PCD

Na busca melhores resultados para 2020 com risco moderado, o limite de aplicação em fundos de investimentos multimercados passou de 10% para 15%. O limite legal é de 20%.

f) Derivativos

As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o que estabelece a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. Essas operações estão vedadas para o Plano CD de benefícios nas aplicações realizadas em carteira própria, permitidas apenas para operações feitas em fundos de investimentos ou carteiras administradas.

g) Precificação dos Ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários, integrantes das carteiras e fundos de investimentos exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos, devem ser marcados a mercado. Isso não exclui a possibilidade de o plano contabilizar os títulos que pretenda carregar até os vencimentos pela taxa do papel, metodologia chamada de marcação na curva ou atualização pelo valor de face.

h) Princípios Socioambientais

A Mendesperv reafirma o compromisso de favorecer a aplicação de recursos disponíveis em investimentos de companhias que adotem, em suas atividades ou através de participação em projetos de terceiros, políticas de responsabilidade socioambiental. Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras de proteção à natureza e ao meio ambiente, responsabilidades estas que não devem ser negligenciadas pelas empresas, pois além de ser obrigação constitucional, colabora diretamente para o bem da humanidade.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, e, Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O PGA tem o objetivo de registrar e dar transparência às atividades relacionada a administração das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O patrimônio do PGA é constituído por receitas (previdenciais, investimentos e diretas), reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos. As sobras ou insuficiências administrativas são alocadas ou revertidas no Fundo Administrativo.

DESEMPENHO DOS ATIVOS

Os recursos do PGA estão concentrados no segmento de renda fixa, já que o objetivo principal não é rentabilizar, e sim, preservar os seus recursos, mantendo a liquidez necessária para honrar as obrigações administrativas da Entidade.

O *Benchmark* do Plano é o CDI. No consolidado, a renda fixa rentabilizou 86,32% do CDI. A rentabilidade apurada para o ano de 2020 foi de 2,39%.

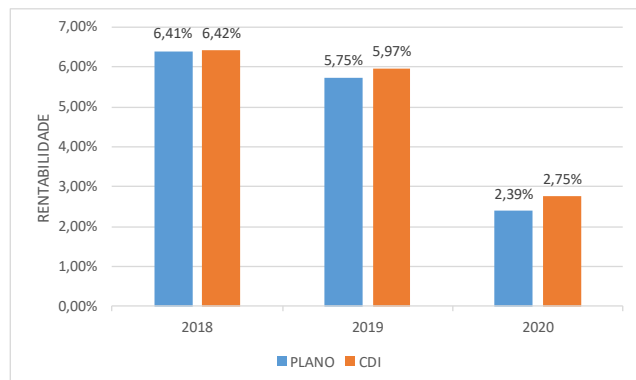


Gráfico 3 - Rentabilidade dos Ativos PGA 2018 a 2020.

A tabela seguinte tem a finalidade de demonstrar a alocação dos recursos e o limite legal frente a Política de Investimentos:

DESCRIÇÃO	RECURSOS	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	614	100%	
Disponível	93	15,14%	
Investimentos - Renda Fixa	521	84,86%	100%
Fundo de Investimento DI	521	84,86%	

Tabela 14 - Total dos Investimentos do PGA por segmento e em % (Em R\$ mil)

O Plano possui em sua carteira somente ativo de gestão terceirizada, que são aqueles aplicados por meio de fundos

de investimentos. A tabela a seguir apresenta os ativos da gestão terceirizada:

PGA	VLR. INVEST.	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	521	
GESTÃO PRÓPRIA	0	0%
GESTÃO TERCEIRIZADA	521	100%
Itaú Asset Management	379	72,74%
Votorantim	142	27,26%

Tabela 15 - Total dos Investimentos do PGA em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

A tabela seguinte apresenta as taxas de administração e performance cobradas pelos fundos de investimento, da gestão terceirizada:

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
NOME DO FUNDO	TAXA. ADM. A.A (%)	TAXA DE PERFORMANCE	TIPO RF/RV
Institucional Active FIX IB	0,30%	n/a	RF
Itaú High Grade RF Crédito Privado FI	0,20%	n/a	RF
Fundo de Invest. Votorantim Instit. Renda Fixa CP	0,205%	n/a	RF

Tabela 16 - Taxa de Administração e Performance do Fundo de Investimento do PGA

OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O Conselho Deliberativo da Mendesprev é responsável pela aprovação das diretrizes do PGA, bem como, o orçamento da Gestão Administrativa.

Em função da redução do valor do fundo administrativo em 2019, passou-se a utilizar recursos oriundos da rentabilidade do Plano Misto de Benefícios - PMB.

A Entidade tem buscado reduzir custos administrativos sem deixar cair a qualidade dos seus serviços. De qualquer forma, no ano de 2020, o fundo do Plano de Gestão Administrativa apresentou valor, em seu encerramento, maior que do ano anterior.

A seguir detalhamento das despesas administrativas realizadas durante o exercício, bem como as fontes de custeio utilizadas:

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
NOME DO FUNDO	TAXA. ADM. A.A (%)	TAXA DE PERFORMANCE	TIPO RF/RV
Institucional Active FIX IB	0,30%	n/a	RF
Itaú High Grade RF Crédito Privado FI	0,20%	n/a	RF
Fundo de Invest. Votorantim Instit. Renda Fixa CP	0,205%	n/a	RF

Tabela 17 - Custeio Administrativo (Em R\$ mil)

OUTRAS INFORMAÇÕES

CORONAVÍRUS (COVID-19)

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a doença causada pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) como uma pandemia. O impacto desta pandemia afeta severamente as economias mundiais, sendo que os resultados econômicos e financeiros das empresas - e consequentemente dos países - refletem as altas volatilidades e incertezas de mercado.

A Mendesprev vem acompanhando os desdobramentos da situação bem como as orientações do Ministério da Saúde e dos demais órgãos reguladores.

Durante o exercício de 2020 a Mendesprev manteve os pagamentos aos aposentados e pensionistas, além do atendimento por telefone e correspondência eletrônica.

A partir destas Notas Explicativas é possível acompanhar os resultados econômicos e financeiros apurados pelos Planos de benefícios Previdenciais Administrados pela Mendesprev.

Destaca-se que desde o início da pandemia a Mendesprev vem sendo monitorada mensalmente pela PREVIC, enviando mensalmente informações relativas aos planos de benefícios.

A DEVOLUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL

O Conselho Deliberativo da MENDESPREV, conforme consta da Ata da 362ª Reunião Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2019, aprovou, de forma parcialmente condicionada, o Plano de Ação Emergencial com intuito de mitigar riscos de liquidez do Plano Misto de Benefícios - PMB.

O Plano de Ação teve por finalidade buscar alternativas emergenciais para a manutenção do pagamento dos benefícios previdenciários garantidos pelo Plano Misto de Benefícios – PMB, até que os ativos sem previsão de liquidez sejam recebidos pela Mendesprev e inclui proposição cujo implemento dependeu de consulta aos participantes nos termos e condições especificadas.

Com base no Plano de Ação Emergencial foi realizado no dia 25 de outubro de 2019, o Referendo, com o objetivo de apresentar aos participantes a proposta de retenção de parte dos benefícios por dois anos, prorrogável por mais um período de dois anos, para posterior devolução, conforme regras estipuladas.

O resultado final do Referendo representou franca e massiva adesão e compreensão dos participantes do Plano quanto à situação apresentada e ratificaram as soluções propostas.

Na sequência os documentos do Referendo foram enviados a unidade da PREVIC em Belo Horizonte

demonstrando de forma sustentada, que a tomada de decisão foi precedida da realização de estudos técnicos atuariais e, fundamentada na legislação vigente, conferindo legalidade e legitimidade nas ações.

A PREVIC enviou uma Nota Técnica nº 697/2020, conforme Ata 406ª Reunião Extraordinária 14/10/2020, exigindo que o Plano Emergencial tivesse aprovação unânime dos aposentados e que não houvesse prorrogação por mais 02 anos, como consta no regulamento do Plano de Ação Emergencial.

Entretanto com todas as dificuldades intransponíveis, no médio prazo, para atender as exigências da PREVIC, e, após várias discussões entre Diretoria e Conselho Deliberativo, decidiram por unanimidade, em 27/10/2020, o cancelamento do Plano Emergencial, com a reversão e restituição, que foram devidamente corrigidas até dezembro/2020.

INSTAURAÇÃO DE MEDIAÇÃO NA CMCA-PREVIC

O Plano Misto de Benefícios, enfrenta irreversíveis problemas de liquidez, resultantes dos problemas econômicos relacionados às patrocinadoras do grupo Mendes Júnior, sendo assim, requeremos em outubro/2020, em conjunto com a Patrocinadora Principal do Plano, MENDESPAR - Mendes Júnior Participações S/A, e a APOSMENDES - Associação dos Participantes Ativos e Assistidos da Mendesprev a instauração de procedimento de Mediação e Conciliação nos termos da Instrução nº 17/20219 da PREVIC, com o intuito de construir um acordo para encerramento das atividades da Mendesprev.

A CMCA - Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, por meio de Despacho, em janeiro/2021, admitiu a instauração do procedimento. Entretanto, em março/2021, de forma inesperada, a CMCA reavaliou os termos propostos e decidiu pelo encerramento do processo com consequente arquivamento.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

A educação financeira e previdenciária tem papel importante na sociedade, no sentido de orientar os trabalhadores, estudantes e demais pessoas sobre a melhor maneira de gerenciar suas finanças de acordo com o perfil de renda e consumo para que possam poupar e garantir uma boa renda após o período laboral. Propicia uma cultura necessária para que as pessoas possam compreender a importância do controle financeiro, gerir orçamentos familiares e uma poupança programada a médio e ao longo prazo.

A Mendesprev busca excelência na gestão dos seus planos de benefícios e acredita que a educação financeira e

previdenciária potencializa a valorização do relacionamento com os seus participantes, levando à difusão de informações e do conhecimento e engrandecem os valores institucionais da entidade.

A perda e a diminuição da renda, causadas pela crise da Covid-19, pressionaram inúmeras mudanças nos nossos hábitos de consumo. Somado a isso, veio uma situação que, para muitos de nós, não estávamos habituados, o isolamento social. E com isso, a crise, que acelerou e instigou o processo de conscientização de planejamento, o corte de gastos pessoais e a sobrevivência dos negócios em situações inesperadas de uma grande crise econômica, social, política que estamos enfrentando, além de uma grave pandemia.

Na atual circunstância, uma reserva financeira fez falta para muita gente. O susto e o despreparo em que encontrávamos, na chegada da crise, mostrou que ainda é minoria o número de pessoas que possuem essa reserva.

A educação financeira é uma possibilidade viável para todos e começa a partir de pequenas mudanças cotidianas que acarretam organização e prática de qualquer projeto familiar, pessoal e profissional. As pessoas menos favorecidas economicamente falando, podem começar com ações como guardar o troco da padaria, do sacolão, reduzir tempo no banho, desenvolvendo uma rotina junto aos seus familiares e gerando economia.

São pequenos gestos que podem ajudar a tirar as pessoas da vulnerabilidade. Outra forma de se readequar ao fim dos gastos supérfluos é adaptar toda a família ao mesmo projeto. Renegociar dívidas, estipular prazos e metas.

Com a Pandemia da Covid-19, a Mendesprev no ano de 2020, encontrou dificuldades para elaboração de programas de educação financeira e previdenciária, em razão do cenário financeiro em que as patrocinadoras e o país, atravessam com demissões, recessões e sem novas contratações, juntamente com a crise política e social que atravessa o país.

As empresas também precisaram incorporar uma gestão financeira em seus negócios. As pequenas empresas, que tem um grande peso na economia brasileira, sofreram grandes impactos nessa Pandemia do novo Coronavírus. Vários estabelecimentos fecharam as suas portas. Com um planejamento, talvez, fosse possível um fôlego financeiro para situações de fechamento temporário, no qual, passamos agora.

Em 2020 foi realizada ação de educação financeira e previdenciária, com destaque para:

- Divulgação no site da entidade aos participantes sobre 5ª Semana ENEF (Semana Nacional de Educação Financeira).

A MENDESPREV INCENTIVA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA AOS SEUS PARTICIPANTES.

Há diversos cursos online gratuitos disponíveis. Destacamos alguns deles para ajudar no seu orçamento familiar ou no seu negócio:

A seguir, algumas sugestões:

1- Me Poupe! Invista com Nathália Arcuri (20h)

- a. Link: <http://escolavirtual.gov.br/curso/249>

2- Gestão de Finanças Pessoais (20h)

- a. Link: <http://escolavirtual.gov.br/curso/170>

3- Como planejar a aposentadoria (10h)

- a. Link: <http://educação-executivaq.fgv.br/cursos/online/curta-media-duração>

4- Como gastar conscientemente (08h)

- a. Link: <http://educação-executivaq.fgv.br/cursos/online/curta-media-duração-online/como-gastar-conscientemente>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS DOCUMENTOS

Apresentamos as demonstrações contábeis e financeiras da Mendesprev Sociedade Previdenciária, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal e da aprovação do Conselho Deliberativo.

As Notas Explicativas são partes integrantes as demonstrações contábeis e estão publicadas no site da Entidade, no seguinte endereço:

www.mendesprev.org.br > Área do Participante > Documentos para download > Documentos Contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
DISPONÍVEL (Nota 4.1)	443	50	EXIGÍVEL OPERACIONAL	9.144	6.220
			Gestão Previdencial (Nota 4.5)	8.064	4.750
REALIZÁVEL	358.606	416.673	Gestão Administrativa (Nota 4.6)	219	388
Gestão Previdencial (Nota 4.2)	258.694	4.422	Gestão Investimento (Nota 4.7)	861	1.082
Investimentos (Nota 4.4)	99.912	412.251			
Títulos Públicos (Nota 4.4.2)	38.220	147.450	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	30.779	-
Créditos Privados e Depósitos (nota 4.4.3)	799	741	Gestão Investimento (Nota 4.8)	30.779	-
Ações (Nota 4.4.4)	-	1.665			
Fundos de Investimento (Nota 4.4.5)	16.193	22.395	PATRIMÔNIO SOCIAL	319.126	410.520
Investimentos Imobiliários (Nota 4.4.6)	32.616	42.800	Patrimônio de Cobertura do Plano	317.447	409.034
Empréstimos (Nota 4.4.7)	-	3	Provisões Matemáticas (Nota 4.9)	552.314	545.450
Depósitos Judiciais (Nota 4.4.8)	11.873	11.658	Benefícios Concedidos	543.648	533.074
Outros Realizáveis (Nota 4.4.9)	211	185.539	Benefícios a Conceder	8.666	12.376
			Equilíbrio Técnico (Nota 4.10)	-234.867	-136.416
PERMANENTE	-	17	Resultados Realizados	-234.867	-136.416
Imobilizado	-	1	(-) Déficit Técnico Acumulado	-234.867	-136.416
Intangível	-	16			
			Fundos	1.679	1.486
TOTAL DO ATIVO	359.049	416.740	Fundos Previdenciais (Nota 4.13.1)	1.076	996
			Fundos Administrativos (Nota 4.13.2)	603	438
			Fundos dos Investimentos	-	52
			TOTAL DO PASSIVO	359.049	416.740

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL (CONSOLIDADO)

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2020	2019	Variação %
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	410.520	516.053	-20,45%
1. Adições	55.556	63.604	-12,65%
(+) Contribuições Previdenciais	53.033	11.994	342,16%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	48.649	-100,00%
(+) Receitas Administrativas	2.512	2.943	-14,64%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	11	18	-38,89%
2. Destinações	-146.950	-169.137	-13,12%
(-) Benefícios	-62.702	-48.110	30,33%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-81.238	-	0,00%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-600	-118.239	-99,49%
(-) Despesas Administrativas	-2.357	-2.788	-15,46%
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-53	-	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	-91.394	-105.533	-13,40%
(+ / -) Provisões Matemáticas	6.864	10.431	-34,20%
(+ / -) Déficit Técnico do Exercício	-98.451	-116.304	-15,35%
(+ / -) Fundos Previdenciais	80	167	-52,10%
(+ / -) Fundos Administrativos	165	172	-4,07%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	-52	-	0,00%
4. Operações Transitórias	-	-	0,00%
(+ / -) Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	319.126	410.520	-22,26%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2020	2019	Variação %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	404.456	510.618	-20,79%
1. Adições	52.847	59.796	-11,62%
(+) Contribuições	52.847	11.820	347,10%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	47.976	-100,00%
2. Destinações	-144.223	-165.957	-13,10%
(-) Benefícios	-62.175	-47.653	30,47%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-81.400	-	0,00%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-600	-118.239	-99,49%
(-) Custeio Administrativo	-48	-65	-26,15%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo Líquido (1+2)	-91.376	-106.162	-13,93%
(+ / -) Provisões Matemáticas	7.075	10.142	-30,24%
(+ / -) Déficit Técnico do Exercício	-98.451	-116.304	-15,35%
4. Operações Transitórias	-	-	0,00%
(+ / -) Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	313.080	404.456	-22,59%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	370	239	54,81%
(+ / -) Fundos Administrativos	370	201	84,08%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	-	38	-100,00%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2020	2019	Variação %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.573	5.118	8,89%
1. Adições	424	948	-55,27%
(+) Contribuições	262	275	-4,73%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	162	673	-75,93%
2. Destinações	-556	-493	12,78%
(-) Benefícios	-527	-457	15,32%
(-) Custeio Administrativo	-29	-36	-19,44%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-132	455	-129,01%
(+ / -) Provisões Matemáticas	-212	285	-174,39%
(+ / -) Fundos Previdenciais	80	170	-52,94%
4. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	5.441	5.573	-2,37%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	234	251	-6,77%
(+ / -) Fundos Administrativos	234	237	-1,27%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	-	14	-100,00%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2020	2019	Variação %
1. ATIVOS	353.331	410.781	-13,99%
Disponível	347	42	726,19%
Recebível	257.833	3.458	7356,13%
Investimento	95.151	407.281	-76,64%
Títulos Públicos	35.433	144.684	-75,51%
Créditos Privados e Depósitos	799	741	7,83%
Ações	-	1.665	-100,00%
Fundos de Investimento	14.346	20.313	-29,38%
Investimentos Imobiliários	32.616	42.800	-23,79%
Depósitos Judiciais	11.873	11.658	1,84%
Outros Realizáveis	84	185.420	-99,95%
2. OBRIGAÇÕES	39.881	6.086	555,29%
Operacional	9.102	6.086	49,56%
Contingencial	30.779	-	0,00%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	370	239	54,81%
Fundos Administrativos	370	201	84,08%
Fundos de Investimentos	-	38	-100,00%
4. RESULTADO A REALIZAR	-	-	0,00%
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	313.080	404.456	-22,59%
Provisões Matemáticas	547.947	540.872	1,31%
Déficit Técnico	-234.867	-136.416	72,17%
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	-234.867	-136.416	72,17%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-100,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-234.867	-136.416	72,17%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2020	2019	Variação %
1. ATIVOS	5.705	5.853	-2,53%
Disponível	3	-	0,00%
Recebível	1.464	1.404	4,27%
Investimento	4.238	4.449	-4,74%
Títulos Públicos	2.787	2.767	0,72%
Fundos de Investimento	1.324	1.558	-15,02%
Empréstimos	-	3	-100,00%
Outros Realizáveis	127	121	4,96%
2. OBRIGAÇÕES	30	29	3,45%
Operacional	30	29	3,45%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	234	251	-6,77%
Fundos Administrativos	234	237	-1,27%
Fundos de Investimento	-	14	-100,00%
4. RESULTADO A REALIZAR	-	-	0,00%
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	5.441	5.574	-2,39%
Provisões Matemáticas	4.366	4.578	-4,63%
Fundos Previdenciais	1.075	996	7,93%

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Consolidado - Código: 9970.0000-00

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Consolidado - Código: 9970.0000-00

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2020	2019	Variação %
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	437	266	64,29%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.523	2.960	-14,76%
1.1. Receitas	2.523	2.960	-14,76%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	76	101	-24,75%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.436	2.842	-14,29%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	11	17	-35,29%
2. Despesas Administrativas	-2.357	-2.789	-15,49%
2.1. Administração Previdencial	-1.234	-1.487	-17,01%
Pessoal e encargos	-795	-957	-16,93%
Treinamentos/congressos e seminários	-2	-3	-33,33%
Serviços de terceiros	-288	-373	-22,79%
Despesas gerais	-82	-75	9,33%
Depreciações e amortizações	-9	-9	0,00%
Tributos	-59	-69	-14,49%
2.2. Administração de Investimentos	-1.123	-1.302	-13,75%
Pessoal e encargos	-813	-1.008	-19,35%
Treinamentos/congressos e seminários	-2	-3	-33,33%
Viagens e estadias	-	-1	-100,00%
Serviços de terceiros	-150	-132	13,64%
Despesas gerais	-89	-80	11,25%
Depreciações e amortizações	-9	-9	0,00%
Tributos	-60	-69	-13,04%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00%
4. Sobre / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	166	171	-2,92%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	166	171	-2,92%
6. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	603	437	37,99%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2020	2019	Variação %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	352.961	410.580	-14,03%
1. Provisões Matemáticas	547.947	540.872	1,31%
1.1. Benefícios Concedidos	541.591	531.171	1,96%
Benefício Definido	541.591	531.171	1,96%
1.2. Benefícios a Conceder	6.356	9.701	-34,48%
Contribuição Definida	1.317	2.520	-47,74%
Saldo de contas - parcela patrocinadores	659	1.260	-47,70%
Saldo de contas - parcela participantes	658	1.260	-47,78%
Benefício Definido	5.039	7.181	-29,83%
2. Equilíbrio Técnico	-234.867	-136.416	72,17%
2.1. Resultados Realizados	-234.867	-136.416	72,17%
(-) Déficit técnico acumulado	-234.867	-136.416	72,17%
3. Fundos	-	38	-100,00%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	38	-100,00%
4. Exigível Operacional	9.102	6.086	49,56%
4.1 Gestão Previdencial	8.042	4.738	69,73%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1.060	1.348	-21,36%
5. Exigível Contingencial	30.779	-	0,00%
5.1 Gestão Previdencial	-	-	0,00%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	30.779	-	0,00%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2020 e 2019 – Valores expressos em R\$ mil

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2020	2019	Variação %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	5.472	7.337	-25,42%
1. Provisões Matemáticas	4.366	5.925	-26,31%
1.1. Benefícios Concedidos	2.057	1.522	35,15%
1.2. Benefícios a Conceder	2.309	4.403	-47,56%
Contribuição Definida	2.309	4.403	-47,56%
Saldo de contas - parcela patrocinadores	601	1.187	-49,37%
Saldo de contas - parcela participantes	1.708	3.216	-46,89%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	0,00%
3. Fundos	1.076	1.373	-21,63%
3.1 Fundos Previdenciais	1.076	1.359	-20,82%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	14	-100,00%
4. Exigível Operacional	30	39	-23,08%
4.1 Gestão Previdencial	30	39	-23,08%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Diretores, participantes e patrocinadores da

Mendesprev Sociedade Previdenciária.

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Mendesprev Sociedade Previdenciária, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020, a demonstração consolidada da mutação do patrimônio social, a demonstração do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos que possam resultar dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Mendesprev Sociedade Previdenciária** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para a opinião com Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com Ressalva.

Não realização de revisão da base contábil de continuidade operacional considerando os expressivos problemas de liquidez resultantes da situação econômica dos planos de benefícios e das empresas patrocinadoras pertencentes ao grupo Mendes Junior.

Conforme descrito nas notas explicativas 8 e 9, a MendesPrev Sociedade Previdenciária, em situação extraordinária, vem enfrentando expressivos problemas de liquidez, relacionados tanto às dificuldades financeiras

e econômicas por parte das patrocinadoras do grupo Mendes Junior, quanto à dificuldade e incertezas de realização de parte significativa dos ativos relacionados à seus planos de benefícios, resultando em um importante risco de liquidez e insolvência dos mesmos e da entidade. Nesse contexto, a administração, frente à esse estado de risco importante de insolvência financeira a curto prazo, não avaliou o conjunto de seus ativos pelo valor de realização dos mesmos, conforme requerido pelas normas brasileiras de contabilidade quando da existência de claro risco de descontinuidade e tampouco não possui nenhum estudo voltado a verificar a necessidade de realização de ajuste contábil desses valores. Em função disso, não nos foi possível avaliar os efeitos que poderiam advir da necessidade de revisão, por parte da entidade, da adoção da base contábil da continuidade.

Não reconhecimento de perdas contábeis relacionadas a certos ativos com significativa incerteza quanto ao prazo e valores de realização.

A Entidade, frente às dificuldades e incertezas significativas de recebimento dos créditos abaixo demonstrados, não realizou qualquer ajuste voltado a adequá-los contabilmente a seus valores de realização.

(i) Direitos creditórios da CHESF/XINGÓ

Os direitos creditórios CHESF/XINGÓ, conforme detalhadamente descrito na nota 4.2.1., foram recebidos em consequência da execução do contrato de dívida da patrocinadora Mendes Junior Engenharia S.A., decorrente de contribuições devidas relativas ao Plano Misto de Benefício saldado. O saldo desse direito creditório em 31/12/2020 é de R\$ 246,8 milhões, sendo atualizado monetariamente pela variação do IGP-M, mais juros de 8% ao ano. Como parte integrante de nossos trabalhos de auditoria, não identificamos, através de eventos subsequentes, o recebimento desses direitos creditórios e tampouco não nos foi possível avaliar o prazo e/ou os valores de realização dos mesmos para determinar possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

(ii) Valores a receber incluídos na Recuperação Judicial da Patrocinadora

Ativos a receber, conforme apresentado mais detalhadamente na nota explicativa 4.2.5, que totaliza R\$ 3,4 milhões para o Plano Misto de Benefícios e R\$ 1,2 milhões para o Plano CD de Benefícios em 31/12/2020, relacionados a crédito quirografário incluídos no plano de recuperação da patrocinadora Mendes Junior Engenharia S.A. Como parte integrante de nossos trabalhos de auditoria, não identificamos, através de eventos subsequentes, o recebimento desses direitos a receber e tampouco não nos foi possível avaliar o prazo e/ou os valores de realização dos mesmos para determinar possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

Ênfase

Déficit atuarial e insuficiência de cobertura com risco iminente de descontinuidade

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras e descrito na notas explicativas 8, o plano misto de benefícios enfrenta expressivos problemas de liquidez. Ainda sim, no exercício findo em 31/12/2020, apresenta um déficit atuarial no valor de R\$234,8 Milhões, que ultrapassa o limite técnico acumulado de que dispõe a Resolução CNPC 30/2018, que de conformidade com o Parecer Atuarial, com o qual concordamos, está atrelado ao aumento das provisões matemáticas e ao desempenho financeiro do Plano que não superou o mínimo atuarial esperado. A rentabilidade do ano de 2020 apurada pela entidade, foi de -2,58%, ficando abaixo do mínimo atuarial esperado de 10,77%.

Nesse contexto o parecer Atuarial dispõe que a Entidade se encontra em situação extraordinária, com importante risco de liquidez e insolvência desse plano de benefício, recomendando à necessidade de aprovação de um plano de equacionamento, o que permitirá melhora no plano de benefício quanto à disponibilidade de ativos líquidos e recomenda também que a entidade, em conjunto com os Patrocinadores e a Entidade representativa dos Aposentados, busque junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC (CMCA) a instauração de um plano de ação para o encerramento das atividades da MendesPrev Sociedade Previdenciária, para que a estratégia a ser adotada para o Plano CD seja definida entre os envolvidos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da MendesPrev Sociedade Previdenciária, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 24 de março de 2020 apresentou ênfase em relação à incerteza de continuidade das operações da Entidade.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a

Entidade e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.
- Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 25 de março de 2021.

AUDSERVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S. S.
CRC-01-MG-4553 - O

Alexandre Oliveira Chagas
Responsável Técnico
CRC- MG-075751-O

Fernanda Fillzola M. Santos Martins
Auditora Responsável
CRC-MG-113796/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Mendesprev Sociedade Previdenciária, em reunião online realizada nesta data, após examinar o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e com base nos Pareceres Atuariais do Plano Misto de Benefícios e Plano CD de Benefícios, emitidos pelo atuário Thiago Fialho de Souza, em 17 de

março de 2021, entende que as demonstrações contábeis retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as mutações patrimoniais e os resultados de suas operações, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as legislações aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar.

Destaca-se que as notas explicativas mencionam a iminente falta de liquidez do Plano Misto de Benefícios para honrar os compromissos atuariais assumidos. No encerramento do exercício o déficit acumulado do Plano Misto de Benefícios era de R\$ 234,9 milhões. Em 2019 já havia a necessidade de elaboração e aprovação do Plano de Equacionamento do Déficit para ser aprovado durante o ano de 2020. Contudo a Entidade se encontra em situação extraordinária, pois solicitou junto a PREVIC a instauração de um Plano para encerramento de suas atividades.

O Conselho verificou o Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis findas em 31/12/2020. O Parecer foi emitido com ressalva e com ênfases que destacam situações que afetam a liquidez do Plano Misto de Benefícios e representam risco de continuidade a Mendesprev.

Ante o exposto, concluímos que as Demonstrações Contábeis da Mendesprev Sociedade Previdenciária reúnem as condições necessárias para **serem aceitas e aprovadas por este Conselho Fiscal**, em cumprimento com o que determina o Estatuto da Entidade, recomendando o devido encaminhamento desta documentação para apreciação do Conselho Deliberativo.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

João Bosco de Albuquerque Pinto Coelho
Presidente

Maria Bernadete Belizário Maia

Geraldo José de Mello

*Reunião online, com votos aprovados por e-mail.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Assunto: Aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Comunicamos a Diretoria Executiva da **Mendesprev Sociedade Previdenciária**, para conhecimento e providências, que em reunião online realizada nesta data, o Conselho Deliberativo manifesta favoravelmente a aprovação das Demonstrações Contábeis da Entidade,

relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, nos seguintes termos:

Destaca-se que as notas explicativas mencionam o problema de iminente de liquidez do Plano Misto de Benefícios para honrar os compromissos atuariais assumidos. No encerramento do exercício o déficit acumulado do Plano Misto de Benefícios era de R\$ 234,9 milhões. Em 2019 já havia a necessidade de elaboração e aprovação do Plano de Equacionamento do Déficit para ser aprovado durante o ano de 2020. Contudo a Entidade se encontra em situação extraordinária, pois solicitou junto a PREVIC a instauração de um Plano para encerramento de suas atividades.

O Parecer da Auditoria Independente, sobre as Demonstrações Contábeis findas em 31/12/2020, foi emitido com ressalva e com ênfases que destacam situações que afetam a liquidez do Plano Misto de Benefícios e representam risco de continuidade a Mendesprev.

O Conselho Deliberativo, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após proceder ao exame do Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, com base

nos Pareceres Atuariais do Plano Misto de Benefícios e do Plano CD de Benefícios, emitido pela atuário Thiago Fialho de Souza, em 17 de março de 2021 e no Parecer do Conselho Fiscal emitido em 26 de março de 2021, manifesta pela aprovação das Demonstrações Contábeis da Mendesprev Sociedade Previdenciária, posicionadas em 31 de dezembro de 2020 e, determina o encaminhamento a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em cumprimento as exigências legais. Determina, também, a devida divulgação quanto a aprovação das Demonstrações Contábeis aos Patrocinadores e a todos os Participantes dos Planos Misto e CD de Benefícios.

Belo Horizonte, 29 de março de 2021.

Victório Duque Semionato

Presidente

Mário Lúcio Souza Avelar

Carlos Alberto da Silva Oliveira

*Reunião online, com votos aprovados por e-mail.

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

- Marcelo Rodrigues Campos – Diretor Superintendente e Administrativo e Financeiro
- Márley Janaina de Castro – Diretora de Segurança

CONSELHO DELIBERATIVO

- Victório Duque Semionato – Presidente
- Carlos Alberto da Silva Oliveira
- Mário Lúcio Souza Avelar

CONSELHO FISCAL

- João Bosco de Albuquerque P. Coelho – Presidente
- Geraldo José de Mello
- Maria Bernadete Belizário Maia

PATROCINADORAS

Plano Misto de Benefícios

- Mendes Júnior Participações S.A;
- Mendes Júnior Engenharia S.A;
- Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda.;
- Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A;
- TAMIG – Taxi Aéreo Minas Gerais Ltda.;
- Edificadora S.A.;
- Florestas Mendes Júnior Ltda.;
- Mendesprev Sociedade Previdenciária.

Plano CD de Benefícios

- Mendes Júnior Participações S.A;
- Mendes Júnior Engenharia S.A;
- Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A;
- TAMIG – Taxi Aéreo Minas Gerais Ltda.;
- Mendesprev Sociedade Previdenciária;
- Mendes Júnior Concessões S.A.



MENDESPREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

Av. João Pinheiro, 146 - 6º andar - Centro - CEP: 30.130-927

Belo Horizonte – MG – Telefone: (31) 2121-9930

www.mendesprev.org.br